



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Registro: 2014.0000191633

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0017678-82.2011.8.26.0506, da Comarca de Ribeirão Preto, em que são apelantes ESTADO DE SAO PAULO e MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO, é apelado MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO.

ACORDAM, em 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores NOGUEIRA DIFENTHALER (Presidente) e LEONEL COSTA.

São Paulo, 24 de março de 2014.

FERMINO MAGNANI FILHO
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

VOTO Nº 14508

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0017678-82.2011.8.26.0506

COMARCA DE ORIGEM: RIBEIRÃO PRETO

APELANTE(S): ESTADO DE SÃO PAULO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEGITIMIDADE AD CAUSAM – Pertinência subjetiva dos demandados – Dever de atuação do Estado para repressão de atividade clandestina – Preliminar afastada.

CERCEAMENTO DE DEFESA – Nulidade da sentença – Inocorrência – Farta documentação acostada aos autos – Expressão manejada com força retórica – Preliminar rejeitada.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Poder de polícia – Demanda ajuizada com pedido de atuação estatal efetiva na área da segurança pública, coibindo-se a atividade ilegal de “flanelinhas” que atuam em desacordo com a legislação de regência – Evidente omissão do Estado, ausente, o que possibilita atividades afeitas a códigos de conduta ilegais – Necessidade de fiscalização e repressão das ações irregulares, que incutem temor e ameaça à população – Responsabilidade do Estado afeita ao dever de atuação mínima, que possibilite a realização do direito de ir e vir e permanecer da população local – Manutenção do r. decisum – Exegese do disposto no artigo 252, do Regimento Interno desta Corte – Apelações não providas.

Vistos.

Apelação tempestiva interposta pelo Estado de São Paulo e pelo Município de Ribeirão Preto contra r. sentença do digno Juízo da Comarca de Ribeirão Preto (fls 377/383), que julgou procedente ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Demanda cujo objeto consistia no pedido de fiscalização e repressão da atividade de “guardador de veículos” (flanelinhas) nos limites do Município de Ribeirão Preto.

Recurso da Fazenda Paulista fundado, em síntese, nestas teses:

a) o Estado não é segurador universal; b) impossível considerar a atividade de “flanelinha” ilegal, vez que regulamentada; c) impossibilidade de confundir a atividade de guardador de veículo com o exercício ilegal da pro-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

fissão; d) impossibilidade de atuação do Estado sem a ocorrência de flagrante delito (fls 386/392).

Segue apelo do Município de Ribeirão Preto nestes termos: a) preliminarmente, ilegitimidade passiva do Município; b) nulidade da r. sentença; c) cerceamento de defesa; d) no mérito, inexistente regulamentação municipal da atividade de guardador de veículos; e) não pode ser confundidos o poder de polícia administrativa com o poder de polícia judiciária (fls 394/406).

Apelo respondido (fls 412/422).

Manifestou-se a Procuradoria da Justiça pelo não provimento dos recursos (fls 428/443).

É o relatório.

Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Fazenda Paulista e do Município de Ribeirão Preto, reclamando a atuação do Poder Público na repressão da atividade de guardador de veículos em vias públicas – os conhecidos “flanelinhas” – que atuam de modo irrestrito, intimidando a população local.

Rejeito a matéria a preliminar.

Verifico a legitimidade *ad causam* dos apelantes.

A questão deduzida diz respeito ao pedido de efetivo exercício do poder de polícia na localidade de Ribeirão Preto, o que avoca o dever de atuação do Município – evidente interesse local – quanto do Estado, considerando também a necessidade de repressão criminosa.

Descabe falar-se em cerceamento da defesa, em especial diante da quantidade e variedade de documentos acostados aos autos. De fato, o processo apresenta-se bem instruído, com a juntada de documentos suficientes para análise do mérito recursal.

Afasta-se assim qualquer tentativa de manejar a oca – e retóri-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ca – expressão do “cerceamento de defesa”, sempre hasteada, como apanágio único e redentor de última hora. Ideia que perambula em petições de defesa, com força já desmilinguida na experiência forense.

Ao mérito:

A situação narrada não é incomum, e se mostra evidente em grandes centros urbanos, carentes de locais seguros e acessíveis de estacionamento, o que se soma à crescente frota urbana, com número expressivo a abarrotar ruas e avenidas antes fluidas e tranquilas.

Diante disso, as vias públicas em que se admite o estacionamento de veículos tornou-se verdadeiro chamariz para “guardadores de carros”, dispostos a *cuidar* de automóveis com o maior desvelo – dê's'que satisfeitas as exigências e valores exigidos de antemão, surgindo assim verdadeira regulamentação privada, clandestina: os flanelinhas atuam na *ausência* do Estado.

Como aves carniceiras, chegam a disputar entre si os clientes que chegam desavisados nos pontos de domínio, impingindo ameaças veladas sob o verniz de polidez e cortesia: sempre uma “boa intenção” subjacente aos serviços que se dispõem a prestar.

E o problema é justamente este. Não há alternativa à população e aos visitantes, senão sujeitar-se às exigências, subvertendo o bom senso. Da omissão estatal, exsurge a liberdade de atuação indiscriminada dos “guardadores de carros”, que incutem verdadeiro temor e realizam as promessas de danificação no caso da não sujeição às regras ditadas.

Este o núcleo da ação civil pública, em que se demanda do Poder Público nada mais que sua presença.

Destaque-se: não se trata de determinar seja o Estado segurador universal, mas apenas que se imponha, reprimindo a atuação conhecida e ilegal de pessoas afeitas a códigos de conduta estranhos ao pacto social.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Em outras palavras, cuida-se de exigir *atuação mínima*, para coibir posturas atentatórias à liberdade, resguardada pela Constituição.

E para isso vale a atuação conjunta com a Municipalidade, capaz de mapear e fiscalizar os locais mais afeitos à atuação clandestina, separando o joio do trigo, isto é, discriminando quem exerce a atividade de modo escorreito, dos meros aproveitadores e criminosos, que se montam no medo da população para auferir dinheiro.

Pontuo ademais, que a r. sentença apelada está suficientemente motivada e deve ser confirmada pelos seus próprios e bem deduzidos fundamentos, os quais ficam inteiramente adotados como razão de decidir, consoante o artigo 252 do Regimento Interno desta Corte, assim redigido: *Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la.*

O Eg. Superior Tribunal de Justiça tem prestigiado este entendimento quando, predominantemente, reconhece *a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum* (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, relator Ministro João Otávio de Noronha, j. 04/09/2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, relator Ministro Castro Meira, j. 21/11/2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, relatora Ministra Eliane Calmona, j. 17/12/2004 e REsp nº 265.534-DF, 4ª Turma, relator Ministro Fernando Gonçalves, j. 1º/12/2003).

E ainda:

PROCESSO CIVIL – INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS ARTS. 535 E 475, II, DO CPC – ADOÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COMO RAZÃO DE DECIDIR – POSSIBILIDADE. 1- Em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada, aplicando o magistrado ao caso concreto a legislação considerada pertinente. 2- Não incorre em omissão o acórdão que adota os fundamentos da sentença como razão de decidir. 3- Recurso especial improvido (STJ-REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, relatora Ministra Eliane Calmona, j. 26/10/2004).

Também o E. Supremo Tribunal Federal tem decidido que é possível adotar os fundamentos [...] *quando a qualidade das razões permitem sejam subministradas pelo relator* (ACO nº 804/RR, relator Ministro Carlos Britto, DJ 16/06/2006; AO nº 24/RS, relator Ministro Maurício Corrêa, DJ 23/03/2000; RE nº 271771/SP, relator Ministro Néri da Silveira, DJ 1º/08/2000).

Outros fundamentos são dispensáveis diante da adoção integral dos que foram deduzidos na r. sentença, aqui expressamente adotados para evitar inútil e desnecessária repetição.

Por meu voto, nego provimento às apelações.

FERMINO MAGNANI FILHO
 Desembargador Relator